



SINDIPROL
ADUEL

Jornal do Sindiprol | ADUEL

Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público de Londrina e Região

JUNHO 2016

Um ano do final da greve Promessas não cumpridas e ataques à Universidade

Este mês completa um ano que encerrou nossa greve e o balanço do período mostra um quadro dramático para as universidades estaduais. O acordo que colocou fim à greve previa uma série de medidas das quais o governo cumpriu muito pouco até o momento. Vejamos:

O primeiro ponto do acordo previa que o governo colocasse em dia as reposições anuais de salário até 31 de janeiro de 2017, ocasião em que deverá adicionar 1% ao percentual da inflação acumulada no período a título de ressarcimento pelas perdas ocorridas no ano de 2015. Naquele ano a reposição se deu apenas parcialmente, e em outubro. Até o presente momento o governo cumpriu a lei que ele mesmo propôs, formalizando o acordo, mas foi só isso.

Quanto às nomeações de docentes e demais servidores, o acordo previa nomeação imediata dos concursados e regularização da reposição do pessoal a partir daí. As nomeações de docentes ocorreram com meses de atraso e as dos demais servidores se

efetivavam parcialmente somente agora, um ano depois de finda a greve, e isso por muita pressão dos sindicatos e das administrações. Na UEL, somente o fechamento de uma ala do HU forçou o governo a nomear alguns servidores para que o caos não se instalasse por completo. A lista de docentes e servidores concursados e não nomeados é grande, e não há indícios de que haja intenção de regularizar a situação com a reposição do pessoal por aposentadoria, demissão ou morte.

Ao incluir entre as reivindicações a retirada da UENP e da UNESPAR do sistema Meta 4 de gestão de pessoal, o movimento docente exigiu do governo um mínimo de respeito à Autonomia Universitária garantida na Constituição. No entanto, apesar dos esforços do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta para a retirada das duas

novas universidades do sistema Meta 4, o governo não fez nada de concreto para cumprir o acordo. Muito pelo contrário, não retirou as universidades de nenhum dos decretos que as incluíam nesse sistema - prometido verbalmente pelo próprio governador-, e ainda colocou o Tribunal de Contas para pressionar a UEL a entrar no sistema Meta 4.

Governo parece não entender que as Universidades têm Autonomia. Pelo contrário, trabalha sistematicamente para destruí-las

Tendo todas as formas liquidar a pouca autonomia de gestão administrativa das universidades, o governador Beto Richa publicou no final do mês de maio o decreto 4189/2016, através do qual a realização de testes seletivos para a contratação de professores colaboradores passa a necessitar de autorização do Executivo. As promoções e progressões funcionais dos servidores, incluindo os docentes e agentes universitários concursados, também só poderão ser expedidas pela

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP).

Ao agir dessa forma, o governo demonstra que não tem intenção de cumprir com o acordo. Coloca as universidades como as vilãs dos gastos públicos por não se submeterem ao perverso sistema em que, através da gestão centralizada de pessoal (Meta4) o governo impede o pagamento de quinquênios e demais progressões por titulação, por exemplo, negando direitos trabalhistas aos servidores, que acabam tendo que ser negociados pelos sindicatos. Temos acompanhado ainda o recorte brutal dos repasses de recursos de custeio e as outras várias artimanhas para estrangular as universidades levadas à cabo pelo governo.

Por fim, vale frisar que, apesar de manter canais de conversa com os servidores, como parte do que foi acordado no sentido de manutenção de uma mesa de negociação permanente, esses espaços têm se mostrado muito pouco produtivos, sendo que as tais mesas não têm negociado nada de concreto.

(Continua na página 4).

SEAP não tem respostas para servidores



O Sindipro/Aduel participou da última reunião do FES com o governo, em maio: "não" às reivindicações colocadas na mesa

O Sindipro/Aduel tem participado de todas as reuniões com o governo que tratem de questões relacionadas aos servidores. No último dia 05 de maio o Prof. Nilson Magagnin Filho, vice-presidente do sindicato, participou da audiência entre os sindicatos que compõem o Fórum Estadual de Servidores (FES) e o novo secretário estadual de Administração e Previdência (SEAP), Reinhold Stephanes.

Além da apresentação do novo secretário, a pauta tratava de uma série de questões pendentes dos servidores dos vários setores do funcionalismo estadual, tais como a precariedade do SAS, a necessidade de concursos, a Previdência, e o pagamento de atrasados devidos aos servidores da administração direta (promoções e progressões). Questões específicas das universidades não faziam parte da pauta.

O secretário abriu a reunião dizendo que não havia possibilidade de atender às reivindicações colocadas na mesa porque elas não cabiam dentro do or-

çamento do estado e por isso não tinha respostas concretas para nenhuma das demandas que envolvessem recursos.

Houve por parte dos representantes dos sindicatos uma clara percepção de que o governo trabalha no sentido de protelar o quanto possível o pagamento de direitos como progressões, por exemplo, cuja implantação a SEAP controla através do sistema centralizado de folha de pagamentos (Meta 4).

Na reunião houve ainda a manifestação dos sindicatos repudiando o Projeto de Lei 182 e solicitando ao secretário que o PL seja retirado da pauta da ALEP. Trata-se de um ataque ao direito de organização dos servidores que prevê que os sindicatos refilem todos os seus associados, o que visa o enfraquecimento da luta do funcionalismo objetivando facilitar o recorte de direitos programado pelo governo.

Nova reunião está marcada para o dia 15 de junho. "Esperamos que haja avanços e que alguma proposta concreta seja apresentada", diz o vice-presidente do Sindipro/Aduel.

Nota sobre as finanças do Estado

A Secretaria de Fazenda publicou, no último dia útil de maio, demonstrativos das finanças do Estado no 1º trimestre de 2016. Alguns dados chamaram a atenção:

- O percentual de despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) está em 44,28% nos 12 meses completados em abril. Caiu em relação ao mesmo período de 2015 (45,97%). Dessa forma, a despesa com pessoal cresceu menos do que a RCL e está abaixo do limite prudencial exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, 46,55%.

- A RCL subiu de R\$ 29.388.089.120,43 para R\$ 33.316.002.510,43, um aumento de 13,37%. A inflação medida pelo IPCA (usado para correção salarial) para o mesmo período (maio 2015/abril 2016) foi de 9,28%, portanto houve um crescimento real da RCL de 4,09%, que foi conquistado, sobretudo, pelo aumento do IPVA e ICMS no ano passado.

- A dívida consolidada líquida caiu de 55,14% para 40,14% da RCL. Significa que o nível de endividamento é relativamente pequeno e permite investimentos de longo prazo para o crescimento econômico e da receita tributária.

Os dados levam a concluir que não há motivos para que o governo deixe de cumprir com o pagamento de direitos trabalhistas, como: reposição integral das perdas salariais, pagamento das promoções e progressões, realização de concursos públicos e nomeações para recompor o quadro de servidores.

EXPEDIENTE

Jornal do Sindipro/Aduel é uma publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região - SINDIPRO/ADUEL
sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br
www.facebook.com/Sindiproladuel

Jornalista Responsável:
Aurélio Albano | Mtb 3007

Diagramação e Projeto Gráfico:
Mark4 Agência Digital

Impressão: PlanoGráfica
Tiragem: 2300 exemplares

Sede
Praça La Salle 83 - Jardim Canadá
CEP: 86020-510
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3324-3995

Centro de Vivência Campus UEL
Rodovia Celso Garcia Cid - PR445
Km 380 - Campus Universitário
CEP: 86051-990
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3328-4549

DIRETORIA EFETIVA

Presidente:
Renato Lima Barbosa
Vice-Presidente:
Nilson Magagnin Filho
1º Secretário:
Evaristo E. Colman Duarte
2º Secretário:
Alcides José S. Vergara
1º Tesoureiro:
Valdir Anhucci
2º Tesoureiro:
Nelson Yasuo Fujita
Diretora de Comunicação:
Sílvia Alapanian

DIRETORIA SUPLENTE

1º Suplente:
Fábio Cesar A. Da Cunha
2º Suplente:
Otávio Jorge G. Abi Saab
3º Suplente:
Ariovaldo de Oliveira Santos
4º Suplente:
Ana Cristina de Albuquerque
5º Suplente:
Luciane Fracielli Z. Maroneze
6º Suplente:
Regina Ap. Munhoz Moreno
7º Suplente:
Sinival Osório Pitaguarí

CONSELHO FISCAL EFETIVO

1º Conselheiro:
José Augusto Victoria Palma
2º Conselheiro:
Erika Juliana Dmitruk
3º Conselheiro:
Fabio Parra Furlanete
CONSELHO FISCAL SUPLENTE
1º Suplente:
Márcio Luiz Carreri
2º Suplente:
Vanerli Beloti
3º Suplente:
João Vicente H. Ferreira

Sindicato se reúne com reitora da UEL

A diretoria do Sindiprol/Aduel se reuniu no último dia 1º de junho com reitora da UEL, Profª Berenice Jordão, para discutir a situação da Universidade. Foi apresentada aos diretores do sindicato a situação de penúria da instituição com os cortes de custeio e os vários mecanismos utilizados pelo governo visando interferir na gestão administrativa.

A reitora informou que, apesar da recente autorização de nomeação de alguns servidores para a área da saúde diante do caos do HU, as nomeações de docentes e demais servidores para reposição de pessoal está sofrendo todo tipo de cerceamento. O mais recente diz respeito às exigências do Tribunal de Contas de que a UEL entre no Meta 4 sob alegação de que a própria Universidade já havia concordado com o procedimento tempos atrás. A reitora



Reitora apresentou a situação de penúria da UEL com os cortes de custeio e interferências do governo na instituição

informou que entrou com recurso junto aquele órgão e que, se necessário, irá à justiça para resguardar a Autonomia da Universidade.

O Sindiprol/Aduel lembra que o

Conselho Universitário da UEL deliberou no ano passado pela possibilidade de acionar a justiça para garantir a Autonomia prevista em Lei, medida que já passou da hora de ser encaminhada.

TIDE: regime de trabalho como conquista

Na luta para que as universidades sejam espaços de formação aliados à produção do conhecimento articulado às necessidades da sociedade, a busca pela manutenção de quadros docentes qualificados que se dediquem exclusivamente a essa tarefa transformou-se em uma necessidade.

Assim nasceu o instituto da dedicação exclusiva, como um regime de trabalho docente. Trata-se de uma aspiração histórica do movimento nacional docente, já conquistada por boa parte das universidades públicas brasileiras.

No sistema universitário paranaense ele é chamado de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) e consta do Plano de Cargos e Salários dos docentes instituído em 1997, e alterado pela Lei Estadual 14.825 de 2005, onde fica estabelecido no § 3º do artigo primeiro que "O ingresso na carreira docente do

Magistério do Ensino Superior se dará no cargo previsto na lei, integrando o servidor um dos regimes de trabalho: parcial, tempo integral 40 h (quarenta horas) semanais ou Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE", o que confere ao docente um acréscimo em sua remuneração de 55% sobre o salário básico.

No entanto, no caso paranaense não basta que o docente se dedique integralmente à atividade docente, a Lei prevê que "Para o ingresso e permanência no Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE, os docentes deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, além de atender o disposto na lei e nas normas da instituição de ensino superior...".

Ou seja, na configuração da carreira

dos docentes das universidades paranaenses, o TIDE é um regime de trabalho ao qual se submetê o docente após ser contratado pela Universidade desde que cumpra a condicionalidade de estar vinculado a determinadas atividades (projetos de pesquisa, extensão). Assim, eventualmente algumas IEES tentam descaracterizar o regime de trabalho de TIDE dos docentes, o que ocasiona transtornos nos casos como o de uma licença médica, por exemplo, ao se afastar por mais de 90 dias.

Por essa razão, o Sindiprol/Aduel, junto com outros sindicatos docentes, protocolou na SETI há quase três anos atrás, em 17 de setembro de 2013, solicitação para alteração da lei do TIDE no sentido de retirar as condicionalidades que restringem a plena vigência dele como regime de trabalho, abrindo brechas para que ele seja tratado como uma mera gratificação.

Conselho de Representantes de Base

Alguns Centros da UEL já definiram os nomes para o Conselho de Representantes de Base, uma instância importante do nosso sindicato acrescentada ao Estatuto por deliberação do III Congresso do Sindiprol/Aduel, realizado em novembro do ano passado.

A escolha dos membros do Conselho – um titular e um suplente – é feita através de assembleias realizadas nos Centros de Estudos com a participação dos docentes ali lotados, sejam sindicalizados ou não. O representante, no entanto, deve ser um professor devidamente sindicalizado.

APUCARANA - Em Apucarana, os docentes realizaram assembleia no dia 08 de junho, para avaliação da conjuntura, realizando um balanço do último período e retirando os representantes para o Conselho de Base.

PARTICIPE! ESCOLHA O REPRESENTANTE DO SEU CENTRO!
Mais informações na página do Sindicato, no www.sindiproladuel.org.br



Professores de Centros da UEL, como CEFE e CESA, e também de Apucarana, já escolheram seus representantes

Manifestações lembraram um ano do Massacre

As feridas abertas no 29 de abril de 2015 não cicatrizaram e não serão esquecidas. Foi esse o sentimento que se viu nas manifestações que marcaram um ano do episódio que entrou para a história do Paraná – a violência perpetrada pelo governo do Estado contra os professores e demais servidores que se manifestavam em defesa do seu fundo de previdência.

Eventos para lembrar o Massacre do Centro Cívico, como ficou conhecido, foram realizados em todo o estado. Escolas fecharam e universidades pa-

ralisaram as atividades. Um grande ato em Curitiba reuniu mais de 25 mil pessoas e teve a participação de entidades sindicais, dentre elas o Sindiprol/Aduel.

Em Londrina, o Comando Docente organizou intervenções chamando a atenção para a data, fez o lançamento da Coleção Cadernos da Greve, organizou mesas redondas sobre a educação superior, exposição de fotos do Massacre na UEL, na UNESPAR-Apucarana e UENP-Jacarezinho e um ato/show na praça em frente ao Restaurante Universitário.



Em Curitiba, mais de 25 mil pessoas participaram das manifestações

(Continuação da página 1).

As universidades gozam de autonomia didática e de gestão administrativa estabelecida na Constituição como forma de preservar o espaço da construção de conhecimentos da ingerência de interesses políticos e econômicos. Parece que o governo do Paraná não entende assim e trabalha sistematicamente para

destruir e esmagar as universidades, não consegue entendê-las como instrumentos do processo de desenvolvimento regional e de melhoria das condições de vida da população.

Sob a alegação de dificuldades de ordem financeira, aperto em função da crise econômica, o governo vem fazen-

do caixa com os recursos da previdência dos servidores e com o aumento de impostos, de maneira que os números apresentados pelo próprio governo dão conta de que não existem motivos para sucatear os serviços públicos, entre eles as universidades públicas, como vem fazendo.